



www.adce.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2022



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
INTRODUÇÃO.....	3
ANÁLISE ECONÓMICA.....	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
ANEXO.....	13
Nota 1. Identificação de Identidade:.....	14
Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	14
Nota 3. Principais políticas contabilísticas.....	15
Nota 4. Ativos Fixos Tangíveis.....	15
Nota 5. Ativos Fixos Intangíveis.....	16
Nota 6. Custos de empréstimos obtidos.....	17
Nota 7. Não Aplicável.....	17
Nota 8. Rendimentos e Gastos.....	18
Nota 9. Não Aplicável.....	18
Nota 10. Subsídios e outros apoios das entidades Públicas.....	19
Nota 11. Instrumentos financeiros.....	19
Nota 13. Acontecimentos após a data do balanço.....	22
Nota 16. Outras Divulgações.....	23
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	25



RELATÓRIO DE GESTÃO

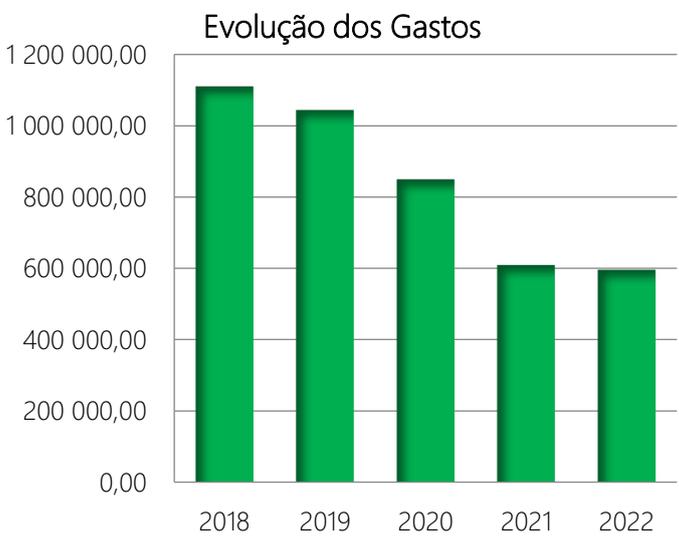
INTRODUÇÃO

A Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE), dando cumprimento à sua missão estatutária, tem-se afirmado ao longo dos seus 27 anos de existência no concelho de Espinho como uma referência no que concerne ao desenvolvimento local e ao combate às situações de pobreza e exclusão social. Primamos pela implementação de uma intervenção abrangente e estratégica, quer nas vertentes de âmbito social e educativa, quer em vertentes de cariz económico e empresarial.

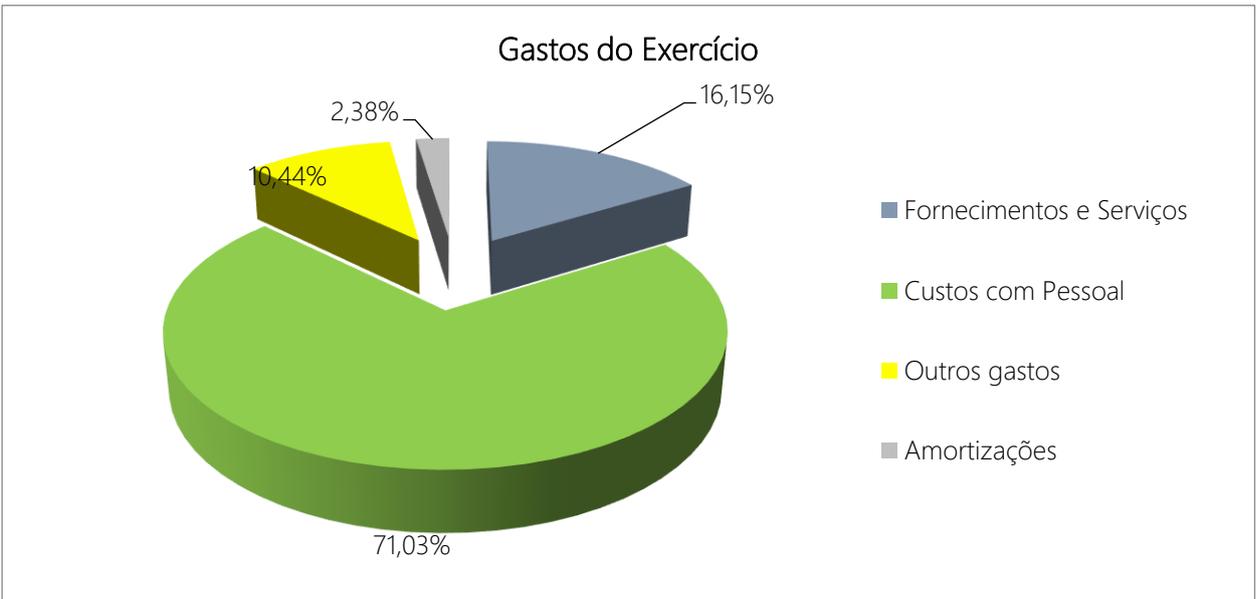
Procuramos gerar novas oportunidades e agarrar desafios que permitam alavancar novas respostas e dinamizar o concelho de forma proactiva e concertada.

ANÁLISE ECONÓMICA

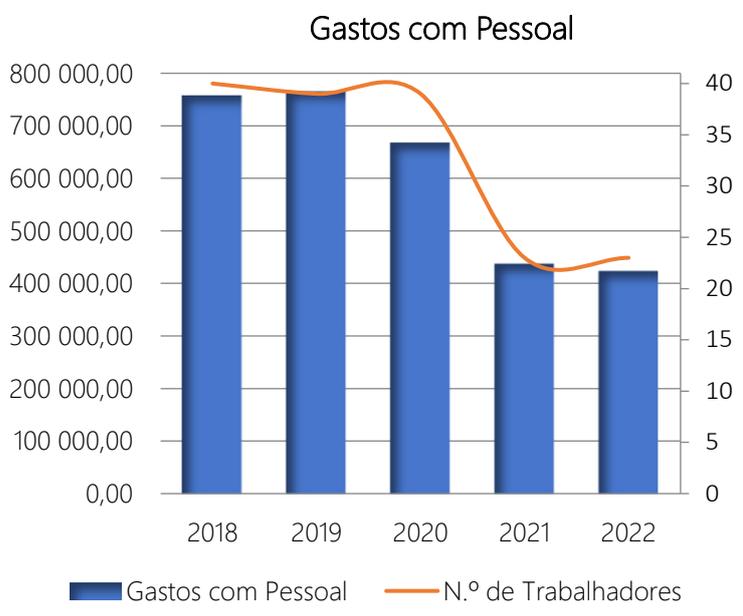
Relativamente ao exercício de 2022, verificou-se um decréscimo nos gastos comparativamente a 2021.



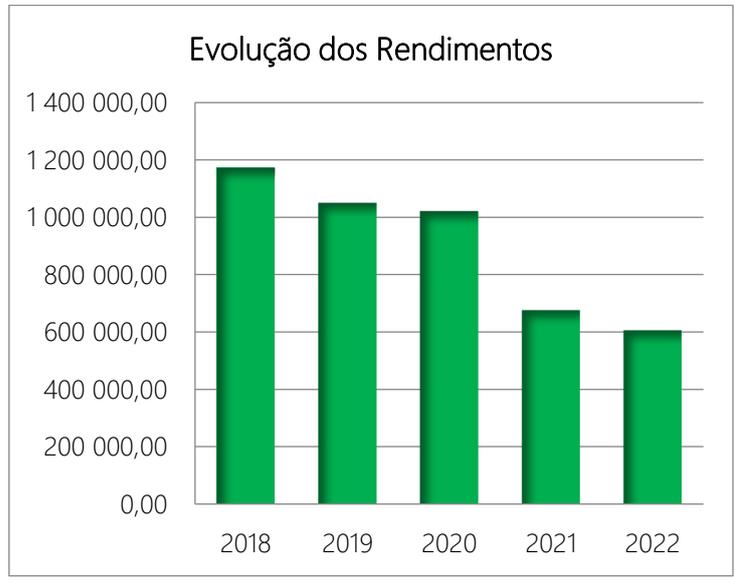
Os gastos do exercício diminuíram 2,11 % em relação a 2021, tendo sido este ano de 595.893,96 euros. De entre todos os gastos inerentes às atividades da ADCE destacam-se os gastos com os recursos humanos, que representam 71,03% dos gastos totais. O valor em 2022 das amortizações foi de 14.171,10 euros representando 2,38 % dos gastos.



Os Gastos com Pessoal em 2022 foram de 423.281,47 euros. O número médio de trabalhadores durante 2022 foi de 23.

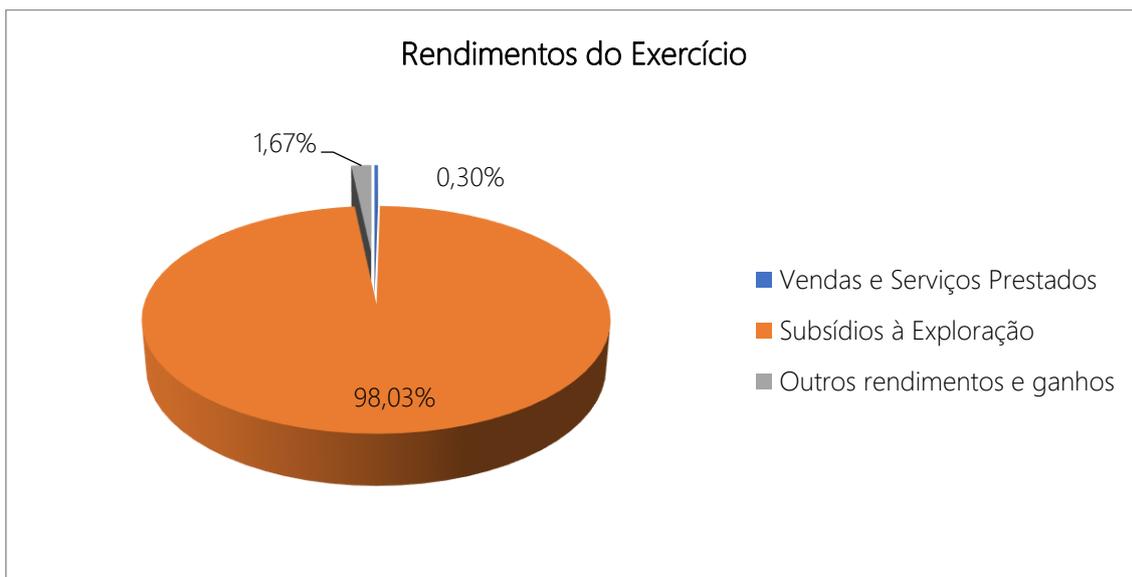


Relativamente ao exercício de 2022, verificou-se uma diminuição nos rendimentos comparativamente a 2021.



Os rendimentos do exercício em 2022, diminuíram 10,24% em relação ao ano anterior, sendo que este ano foram de 606.165,53 euros.

Dos rendimentos do ano destacam-se Subsídios à Exploração que, com um total de 594.227,96 euros, representam 98,03%.



O resultado obtido em 2022 foi positivo, com um valor de 10.271,57 euros e a situação líquida em 31 de dezembro de 2022 era positiva com o valor de 349.423,08 euros



No ano de 2022 demos continuidade a uma estratégia orientada para o desenvolvimento local e para a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades, continuando a assumir o compromisso de inovar e melhorar a qualidade dos nossos serviços, em prol do desenvolvimento do concelho e da melhor satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Vimos este ano aprovada uma candidatura apresentada ao Banco BPI Fundação La Caixa para a dinamização de um projeto junto da população sénior nas freguesias de Espinho, Silvalde e Anta/Guetim. Foi também aprovada uma outra candidatura apresentada ao Banco Alimentar Contra a Fome, que virá reforçar a nossa resposta ao nível das necessidades alimentares da população em situação de maior vulnerabilidade.

Ainda do domínio das candidaturas apresentamos uma proposta de funcionamento para a dinamização do novo Centro Comunitário e iniciamos o processo de transferência de competências para o Município no domínio da Ação Social.

2022 foi também o último ano de execução do Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS 4G, que teve impactos bastante positivos junto da população em situação desemprego e das empresas.

Em 2022 continuamos a estratégia de estabilização dos nossos resultados financeiros, encetando um trabalho conjunto entre a Direção e os/as colaboradores/as no sentido de procurar novas atividades e projetos que garantam a sustentabilidade da ADCE e diminuam a dependência dos financiamentos públicos.

Para o sucesso das intervenções ao longo do ano foi fundamental contarmos com o empenho e profissionalismo dos/das nossos/as colaboradores/as e parceiros, impulsionados pelo dinamismo e acompanhamento da Direção.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

Aplicação de Resultados

Proposta a aplicação do resultado líquido do exercício de 2022 no montante de 10.271,57 euros em resultados transitados.

Espinho, 28 de fevereiro de 2023

A Direção

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2022		Unidade Monetária (€)	
Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	24 170,18	36 837,16
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros		1 162,36	981,04
Subtotal		25 332,54	37 818,20
Ativo corrente:			
Inventários		-	-
Créditos a receber		8 780,75	108 762,15
Estado e outros entes públicos	16	2,08	568,89
Fundadores/Associados		348,00	420,00
Diferimentos	11	1 077,77	1 351,47
Outros ativos correntes	11	169 526,85	322 846,58
Caixa e depósitos bancários	16	387 791,04	236 442,56
Subtotal		567 526,49	670 391,65
Total do Ativo		592 859,03	708 209,85
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	16	311 738,10	245 157,34
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	16	27 413,41	27 413,41
Resultado líquido do período	16	10 271,57	66 580,76
Total dos Fundos Patrimoniais	16	349 423,08	339 151,51
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores		940,69	2 730,43
Estado e outros entes públicos	16	11 105,49	10 103,88
Fundadores/Associados			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11	13 805,72	135 358,92
Outros passivos correntes	11	217 584,05	220 865,11
Subtotal		243 435,95	369 058,34
Total do Passivo		243 435,95	369 058,34
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		592 859,03	708 209,85



Demonstração de Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2022			Unidade Monetária (€)
	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	1 791,34	
Subsídios à exploração/Doações	10	594 227,96	670 430,10
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(96 245,55)	(127 921,41)
Gastos com o pessoal	12	(423 281,47)	(437 528,05)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	8	10 146,23	4 861,53
Outros gastos		(62 195,84)	(8 854,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		24 442,67	100 987,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(14 171,10)	(34 406,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		10 271,57	66 580,76
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos (EBT)		10 271,57	66 580,76
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do período		10 271,57	66 580,76

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022			Unidade Monetária (€)
Rúbricas	Notas	2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		101 772,74	707,60
Pagamento a Fornecedores		-98 035,29	-126 090,88
Pagamentos ao Pessoal		-423 281,47	-437 528,05
		-419 544,02	-562 911,33
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento			0,00
Outros recebimentos / pagamentos		572 500,88	650 632,52
		152 956,86	87 721,19
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-1 504,12	-20 588,98
Ativos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos		-181,32	-56,05
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativos Fixos Intangíveis			18 651,20
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos similares		5,06	4,98
Dividendos			
		-1 680,38	-1 988,85
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento Obtidos			
Realização de capital e o instrumento de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de Capital e o instrumento de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento		72,00	-132,00
		72,00	-132,00
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		236 442,56	150 842,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		387 791,04	236 442,56

ANEXO



Nota 1. Identificação de Identidade:

- 1.1- Designação de Entidade: Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho
- 1.2- NIPC 503651907
- 1.3- Sede: Rua Manuel D'Areia N.º 48 Silvalde 4500-608 Espinho
- 1.4- Natureza da Atividade: A Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho é uma pessoa coletiva de natureza associativa
- 1.5- Data da Contabilidade: 31-12-2022
- 1.6- Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação mantidos de acordo com os princípios contabilisticamente geralmente aceites em Portugal.

[Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março](#) – aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo

[Portaria n.º 105/2011, de 14 de março](#) - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL

[Portaria n.º 106/2011, de 14 de março](#) - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo

[Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho](#) - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo

2.2 Derrogação ao disposto na NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com a NCRF-ESNL e são comparáveis com as quantidades relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificou qualquer alteração quer nas políticas contabilísticas quer nas estimativas e também não se constatou a existência de qualquer erro que possa ser classificado como relevante.

Nota 4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

- a) Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.
- b) Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao preço de aquisição, deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas pelo método de linha reta.

Ativo Bruto:	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	96 166,71	-	-	-	96 166,71
Equipamento básico	38 737,39	-	-	-	38 737,39
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	233 286,65	1 504,12	-	-	234 790,77
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	368 190,75	1 504,12	-	-	369 694,87
Amortizações:	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	67 125,32	9 616,68	-	-	76 742,00
Equipamento básico	36 444,39	333,30	-	-	36 777,69
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	227 783,88	4 221,12	-	-	232 005,00
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	331 353,59	14 171,10	-	-	345 524,69
Quantia Escriturada Líquida					24 170,18

Nota 5. Ativos Fixos Intangíveis

- a) Os ativos intangíveis estão contabilizados ao preço de aquisição, deduzido das amortizações

	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2022
Projetos em Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Software	26 936,00	-	-	-	26 936,00
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos intangíveis	-	-	-	-	-
	26 936,00	-	-	-	26 936,00

	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções	Saldo em 31/12/2022
Projetos em Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Software	26 936,00	-	-	-	26 936,00
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos intangíveis	-	-	-	-	-
	26 936,00	-	-	-	26 936,00

Nota 6. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

Nota 7. Não Aplicável

Nota 8. Rendimentos e Gastos

8.1. Os rendimentos e gastos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

8.2. Os rendimentos e gastos cujo montante real não seja conhecido são estimados.

8.3. O crédito é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda de bens	-	-
Polo Social	-	-
Prestação de serviços	1 791,34	-
Polo Social	1 791,34	-
Outros	<u>10 146,23</u>	<u>4 861,53</u>
Rendimento Suplementares	-	-
Ganhos em Investimentos	-	-
Juros	-	-
Donativos	-	-
Outros	10 146,23	4 861,53
	<u>11 937,57</u>	<u>4 861,53</u>

Nota 9. Não Aplicável

Nota 10. Subsídios e outros apoios das entidades Públicas

Os subsídios monetários são mensurados pelo valor que se recebeu ou espera receber e os não monetários pelo justo valor.

Subsídios relacionados com ativos	<u>-</u>	<u>-</u>
Multimeios		
Equipamentos CLDS		
Projetor Digital		
Subsídios à exploração	<u>594 227,96</u>	<u>670 067,25</u>
Centro Comunitário	367 692,06	324 474,00
Protocolo RSI	91 938,36	90 054,00
CLDS	72 996,72	88 470,29
Portugal2020	-	14 569,40
Câmara Municipal De Espinho	-	-
PORI	25 000,04	24 241,03
Bairros saudáveis	4 719,80	11 799,50
Turismo de Portugal	-	100 000,00
POAPMC	18 496,52	5 395,24
Outros	13 384,46	11 063,79
	<u>594 227,96</u>	<u>670 067,25</u>
Donativos	<u>-</u>	<u>362,85</u>
	0,00	362,85
	<u>594 227,96</u>	<u>670 430,10</u>

Nota 11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros tais como, créditos a receber, fornecedores, outros ativos correntes, outros passivos correntes ou empréstimos bancários são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Outros ativos correntes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	-	-
Outros devedores	-	250,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Contrato Local de Desenvolvimento Social	169 526,85	269 564,96
Fundo de Socorro Social	-	-
Promover o Sucesso II	-	14 580,37
Capacitação para Investimento Social	-	14 569,40
RII	-	23 881,85
Norte 2020	-	-
	<u>169 526,85</u>	<u>322 846,58</u>

Outros passivos correntes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Não Correntes		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Remunerações a pagar ao pessoal	56 873,41	60 018,97
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	697,97	-
Outros Credores	160 016,67	160 846,14
	<u>217 588,05</u>	<u>220 865,11</u>
	<u>217 588,05</u>	<u>220 865,11</u>



Diferimentos Ativos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diferimento de gastos		
Seguros	918,72	982,47
Rendas		
Outros gastos diferidos	159,05	369,00
	<u>1 077,77</u>	<u>1 351,47</u>

Diferimentos Passivos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subsídios a reconhecer	13 805,72	135 358,92
	<u>13 805,72</u>	<u>135 358,92</u>



Nota 12. Benefícios de Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de subsídio noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, entre outros. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o Pessoal

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações do pessoal	343 303,73	354 477,46
Encargos sobre Remunerações	72 484,70	74 487,70
Seguro Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	5 948,22	6 723,29
Outros gastos com Pessoal	1 544,82	1 839,60
	<u><u>423 281,47</u></u>	<u><u>437 528,05</u></u>

Número Médio de Colaboradores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Centro Comunitário	14	14
Contrato Local de Desenvolvimento Social	3	3
Protocolo RSI	5	5
PORI	1	1
	<u><u>23,00</u></u>	<u><u>23,00</u></u>

Nota 13. Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

Nota 16. Outras Divulgações

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
11 Caixa	352,61	1 360,55
12 Depósitos bancários	387 438,43	235 082,01
13 Outros depósitos bancários	-	-
14 Instrumentos Financeiros	-	-
Total	<u>387 791,04</u>	<u>236 442,56</u>

Estado e outros Entes Públicos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Autoridade Tributária	2 721,43	2 254,00
Segurança Social	8 384,06	7 849,88
	<u>11 105,49</u>	<u>10 103,88</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	-	-
IRC – Pagamento por Conta	-	-
Retenção imposto s/ rendimento	2,08	1,00
IVA - A Recuperar	-	567,89
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
	<u>2,08</u>	<u>568,89</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	-
Retenção imposto s/ rendimento	2 474,00	2 254,00
Retenção imposto s/ rendimento - prestacional	-	-
IVA - A Pagar	247,43	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	8 384,06	7 849,88
Contribuição p/ Segurança Social - prestacional	-	-
	<u>11 105,49</u>	<u>10 103,88</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Segurança Social - prestacional	-	-



Demonstração as alterações dos Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2022
Resultados transitados	245 157,34	66 580,76	-	311 738,10
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	27 413,41	-	-	27 413,41
Resultado líquido do exercício	66 580,76	10 271,57	66 580,76	10 271,57
	339 151,51	76 852,33	66 580,76	349 423,08

Espinho, 28 de fevereiro de 2023

A Direção

RELATÓRIO DE AUDITORIA





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO”(a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 592.859 euros e um total de fundos patrimoniais de 349.423 euros, incluindo um resultado líquido de 10.271 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO” em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

S.A.O.C.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

SROC

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 09 de março de 2023

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os n.ºs 686 na OROC e 20160327 na CIMVM



